

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMEN**Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Recebido em 10/12/08, às 15:00

/ estagiário

MPV-449**00258****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

DATA:	MEDIDA PROVISÓRIA	PÁGINA
	Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008	

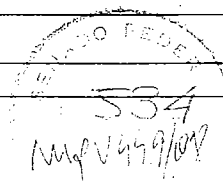
AUTOR:	FERNANDO FERRO - PT/PE
--------	------------------------

(x) Supressiva () Substitutiva () Modificativa () Aditiva () Substitutivo Global
--

TEXTO
Suprima-se, da MP 449, de 2008, o presente artigo.
"Art. 53. Em relação aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, é possível mais de um procedimento de fiscalização sobre o mesmo período de apuração de um mesmo tributo, mediante ordem emitida por autoridade administrativa competente, nos termos definidos pelo Poder Executivo."

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
--------	---------------------	----	---------

DATA	ASSINATURA
11	



JUSTIFICAÇÃO

Inicialmente há que se criticar por parâmetros extrajurídicos a iniciativa proposta pela norma em questão. A possibilidade de múltiplos procedimentos administrativos traz problemas práticos para o contribuinte e para a própria Administração. Um dos fatores que onera consideravelmente o contribuinte no Brasil atualmente, muito além do pagamento do principal do tributo, é a difícil tarefa de atender todas as obrigações acessórias e administrar as inúmeras notificações e lançamentos da Administração Pública. Dessa maneira, para simplesmente viabilizar o recolhimento de determinado tributo gasta-se considerável quantia para atender a providências meramente administrativas (v.g., prestar informações, atender diligências, questionar lançamentos, multas eventuais, etc.). Esta burocracia no recolhimento de tributos compõe grande fatia o que se conhece como "Custo Brasil". Afastar a unicidade de procedimento em favor de uma multiplicidade é permitir que um cenário já caótico se torne incontrolável e incrivelmente custoso.

Além disso, no aspecto jurídico, as consequências de tal previsão afetam o próprio valor de segurança jurídica, necessário para que os particulares administrem seus negócios. A instabilidade gerada poderia chegar a ponto de inviabilizar a própria atividade do particular, deixando-o sujeito a autuações e notificações possivelmente conflitantes. A Administração Pública poderia a qualquer tempo reiniciar um novo procedimento, deixando o contribuinte exposto ao arbítrio da Fazenda. Pior, pode levar que diversos processos administrativos resultantes de tais autuações e lançamentos sobre a mesma questão sejam iniciados por argumentos totalmente díspares já que por motivos diversos poderiam existir diversos lançamentos sobre o mesmo tributo/exercício.

A possibilidade de múltiplos procedimentos simultâneos ofende também a previsão do caput do art. 37, da CF, que prevê que a atividade da Administração Pública seja empreendida com eficiência. Sendo certo que um único procedimento centralizado é indubitavelmente mais econômico e capaz de atingir o mesmo fim, não pode a Administração Pública valer-se de meio muito mais custoso e de resultados duvidosos. A possibilidade que se determine múltiplos procedimentos de acordo com a discricção da "autoridade administrativa competente, nos termos definidos pelo Poder Executivo" fere até mesmo a moralidade, permitindo que muitas vezes se utilize da máquina administrativa pontualmente para que se atinja determinado particular com procedimentos em quantidade abusiva.

Dessa maneira recomenda-se a supressão do artigo.

SENADO FEDERAL
535
MAY 4 1991